

## POLÍTICA

GAZETA MERCANTIL

# Governo FHC trabalha contra senador FHC

Propostas do ex-parlamentar hoje estão fora das prioridades do Planalto. Uma delas tributa as grandes fortunas

por César Felício  
de Brasília

Estão esquecidos no fundo de gaveta das comissões da Câmara e do Senado 19 projetos com boa chance de jamais entrarem na agenda de prioridades da base governista do Congresso Nacional. São as propostas do então senador Fernando Henrique Cardoso que continuam em tramitação, mas já não interessam ao governo do hoje presidente Fernando Henrique Cardoso.

Uma delas, por exemplo, se arrasta na Câmara dos Deputados desde 1989. É o projeto de lei que cria o imposto sobre grandes fortunas, em que Fernando Henrique propunha alíquotas variando entre 0,3% e 1% sobre o patrimônio de pessoa física ou jurídica que superar 1 milhão de ufrs. Este projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa em 1990, mas deixou de andar na Câmara, entre outros fatores, pela ardente oposição à idéia organizada pelo então deputado Francisco Dornelles, hoje ministro da Indústria e Comércio de Fernando Henrique. "Quem conhece direito comparado, sabe que este imposto está sendo retirado de todos os países do mundo e substituído por um imposto de renda progressivo", dizia Dornelles em 1991, atacando a proposta. Na Legislatura de 1995, a deputada Maria da Conceição Tavares (PT-RJ) foi escolhida para relatar a proposta na Comissão de Finanças, e o PT, principal partido de oposição, encampou como sua a iniciativa do presidente, com o parecer favorável de Conceição dado em dezembro do ano passado.

A maior parte das propostas de Fernando Henrique que vagam pelo Congresso tratam, contudo, das relações trabalhistas. E pelo menos uma delas mostra um contraste total com a



Fernando Henrique Cardoso

ação do governo na área. Em 1991, Fernando Henrique propôs a criação de uma série de mecanismos que dificultavam demissões em empresas que introduzissem programas de automação e inovação tecnológica. Hoje, o ministério do Trabalho estuda um projeto que vai na direção oposta: flexibiliza as regras trabalhistas para desonerar as demissões que se dão por este motivo. O projeto de Fernando Henrique foi aprovado, com modificações, pela Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara em agosto de 1995 e desde então, não andou.

Dois outros projetos do hoje presidente estão paralisados graças a pedido de vistas feito pelo vice-líder do governo, deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), na Comissão de Trabalho da Câmara: o que determina que toda empresa estatal e de economia mista teria que ter um representante dos funcionários em sua diretoria e o que estende ao empregado doméstico a legislação referente a acidentes de trabalho.

Não há horizonte de aprovação também para um projeto de lei apresentado por Fernando Henrique em 1989 que torna crime o atraso salarial em empresas privadas. Pela proposta do então senador, já aprovada

## Os projetos do senador Fernando Henrique

Propostas	Estágio de tramitação
Cria imposto sobre grandes fortunas	Parecer favorável da deputada Maria da Conceição Tavares (PT-RJ) na Comissão de Finanças da Câmara. Aguarda votação desde dezembro de 1996.
Disciplina cobrança do imposto sobre herança	Aguarda desde fevereiro de 1995 parecer da Comissão de Finanças da Câmara. Relator é o deputado Gerson Peres (PPB-PA)
Determina participação de empregados na diretoria de estatais	Tramitação paralisada na Comissão de Trabalho da Câmara, em razão de pedido de vistas do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO), feito em maio de 1995.
Pune com prisão de até oito anos o não recolhimento de contribuição social pelo empregador	Comissão de Constituição e Justiça da Câmara votou pela rejeição da matéria em junho de 1996. Está pronta para ir a plenário.
Torna crime o atraso salarial por parte do empregador, sujeitando-o a prisão	Aprovado pelas Comissões de Trabalho e de Justiça e pronto para ir a plenário desde dezembro de 1995.
Dificulta demissões em empresas que introduzirem processos de automação	Proposta alterada na Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara em agosto de 1995. Aguarda votação na Comissão desde essa data.
Concede ao empregado doméstico proteção legal contra acidentes de trabalho	Tramitação paralisada na Comissão de Trabalho da Câmara desde outubro de 1996, em razão de pedido de vistas do deputado Sandro Mabel (PMDB-GO).
Iguala direitos do homem e da mulher no Código Civil	Pronto para ir ao plenário da Câmara desde novembro de 1995.
Institui o voto distrital misto e a fidelidade partidária	Aguarda votação no plenário do Senado desde novembro de 1995.

na Comissão de Trabalho da Câmara e pronta para ir a plenário desde dezembro de 1995, o empresário que atrasar salários por mais de quinze dias estaria sujeito à condenação a até oito anos de prisão. O projeto determina ainda pagamento de correção monetária e juros por qualquer dia de atraso, e antecipa o prazo para pagamento do quinto para o segundo dia útil do mês subsequente ao trabalhado. "Hoje, os computadores permitem

a elaboração das folhas de pagamento de imediato, não havendo justificativas para dilatações", escreveu o senador em sua defesa da proposição.

Fernando Henrique também queria pôr na cadeia o empresário que deixasse de recolher contribuições sociais de seus funcionários. Um projeto de lei apresentado em 1991 tornava crime tal prática, punível com até quatro anos de prisão, em caso de reincidência. A proposta foi rejeitada

pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara em maio de 1996, mas a decisão ainda precisa ser referendada pelo plenário da Casa.

Apenas um projeto remanescente do senador conta com boas possibilidades de aprovação nas próximas semanas. É o que iguala homem e mulher perante o código civil. Elaborado em 1916, o código civil até hoje carrega dispositivos absurdamente anacrônicos. Estabelece, por exemplo, que o marido pode pedir a anulação do casamento se constatar, até 10 dias depois das núpcias, que a mulher foi deflorada. Determina ainda que o homem é "o responsável pela administração do casal", podendo gerir livremente os bens particulares da mulher. Possibilita também a deserção, pelo pai, da filha solteira que tiver "conduta moral desonesta".

O então senador propôs a modernização do código, e a proposta está pronta para ir ao plenário da Câmara. Em seu discurso de inauguração da legislatura, o presidente do Congresso, senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), disse que a atualização do código civil é uma das prioridades do Legislativo.

A proposta de Fernando Henrique que está com a tramitação mais atrasada é a que institui o voto distrital misto e a fidelidade partidária. A proposição, de 1991, ainda não foi votada pelo Senado, que decidiu adiar o seu exame em plenário em 1995, remetendo-a para a Comissão Especial de Reforma Política. Recentemente, o presidente chegou a abordar o assunto com o líder do PMDB no Senado, Jader Barbalho (PA), quando este pediu para que a reforma política fosse agilizada. "Ele lembrou que partiu de sua iniciativa a discussão deste assunto no Senado", disse Jader.